

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA
MEDTI – TECNOLOGIA EM MEDICINA S.A.**
CNPJ 28.881.685/0001-41 | NIRE 32.201.929.305

1. Data, Hora e Local da Assembleia: Em 15 de Janeiro de 2023, às 10h00min, na sede da **Medti – Tecnologia em Medicina S.A.**, localizada na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 451, sala 502, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-335.

2. Presença e Convocação: Presentes a totalidade do acionistas, correspondente a 100% do capital social da sociedade. Em razão disso, ficam dispensadas as formalidades de convocação da assembleia (LSA, art. 124, § 4º).

3. Mesa: Presidente da Mesa – Thiago Maraboti Friques; **Secretário da Mesa** - Nilo Lemos Neto.

4. Ordem do dia: (i) Criação de ações preferenciais mediante a conversão de 5.600 ações ordinárias em 5.600 ações preferenciais; e (ii) alteração da redação do artigo 5º do estatuto social da Companhia.

5. Deliberações: Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, todas as deliberações foram aprovadas, por unanimidade de votos, nos seguintes termos:

(i) Aprovada a criação de ações preferenciais mediante a conversão de 5.600 ações ordinárias em 5.600 ações preferenciais classe A, sendo que as ações preferenciais classe A não têm direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia;

(ii) Aprovada a alteração da redação do artigo 5º do estatuto social para refletir a deliberação acima, que passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 5º. O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), dividido em 280.000 (duzentas e oitenta mil) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 274.400 (duzentos e setenta e quatro mil e quatrocentas) ações ordinárias e 5.600 (cinco mil e seiscentas) ações preferenciais classe A.

Parágrafo Primeiro. As ações preferenciais classe A não têm direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.”.

(iii) Com a aprovação das matérias dispostas na ordem do dia, o Sr.

Presidente informou que o estatuto social consolidado com as alterações aprovadas acima encontra-se em anexo e informou que adotará as medidas necessárias à formalização do ora deliberado.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser discutido, a presente ata foi lavrada, lida e aprovada por todos os acionistas presentes que também compuseram a mesa.

Vitória/ES, 15 de janeiro de 2023.

Mesa e Acionistas:

Presidente da Mesa
Thiago Maraboti Friques

Secretário da Mesa
Nilo Lemos Neto

CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA MEDTI – TECNOLOGIA EM MEDICINA S.A.

CAPÍTULO I

Denominação Social, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração

Artigo 1º. A **MEDTI – TECNOLOGIA EM MEDICINA S.A.** é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social (“Estatuto”) e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, 451, sala 502, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-335.

Parágrafo Único. A Diretoria poderá deliberar a abertura, o encerramento e a alteração de endereço de filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional, onde e quando julgar conveniente, observadas as disposições legais em vigor.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto: (i) Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (86.30-5/03); (ii) Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (8599-6/04); (iii) Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente, voltado a telemedicina (86.40-2/99); (iv) Desenvolvimento de programas de computadores sob encomenda (62.01-5/01); e (v) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis (62.02-3/00).

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital e das Ações

Artigo 5º. O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), dividido em 280.000 (duzentas e oitenta mil) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 274.400 (duzentos e setenta e quatro mil e quatrocentas) ações ordinárias e 5.600 (cinco mil e seiscentas) ações preferenciais classe A.

Parágrafo Primeiro. As ações preferenciais classe A não têm direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

Artigo 6º. O Acionista que pretender alienar suas ações (“acionista alienante”) deverá comunicar sua intenção aos demais Acionistas, ficando assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito para sua aquisição proporcional pelos demais acionistas no período de 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento de comunicação escrita do acionista alienante.

Parágrafo Primeiro. A comunicação mencionada acima deverá indicar expressamente: (a) a quantidade de ações objeto da oferta e o respectivo preço; (b) os termos e as condições de pagamento; (c) nome do interessado e, no caso de pessoa jurídica, também dos controladores; e (d) outras informações que sejam necessárias ou úteis para a tomada de decisão pelos demais acionistas.

Parágrafo Segundo. A prática de qualquer ato em desacordo com as disposições previstas acima implicará em sua nulidade absoluta, de pleno direito, não produzindo qualquer efeito contra a Companhia, os Acionistas e terceiros.

Artigo 7º. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III **Assembleia Geral**

Artigo 8º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei ou o Estatuto assim exigirem.

Parágrafo Primeiro: Ressalvadas as hipóteses excepcionais previstas em lei, as Assembleias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente da Companhia.

Parágrafo Segunda. As Assembleias Gerais deverão ser presididas pelo Diretor Presidente, sendo o secretário nomeado pelo Presidente da Assembleia Geral.

Artigo 9º. Sem prejuízo das hipóteses previstas na Lei n. 6.404/76, competirá privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre:

- (i) a orientação geral dos negócios da companhia;
- (ii) a reforma do Estatuto Social;
- (iii) a eleição, destituição e definição, a qualquer tempo, das atribuições dos Diretores;
- (iv) as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras;

- (v) a avaliação dos bens destinados à integralização de capital;
- (vi) liquidação, transformação, incorporação, fusão e cisão;
- (vii) autorizar os administradores a confessar falência e a requerer a recuperação judicial ou a propor a recuperação extrajudicial;
- (viii) a definição dos honorários globais ou individuais dos membros da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (ix) a destinação do lucro líquido do exercício, a distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre capital próprio;
- (x) a aprovação dos planos de trabalho e orçamentos anuais e plurianuais, os planos de investimentos e os programas de expansão da Companhia, bem como fiscalizar sua execução;
- (xi) a alienação, oneração e/ou arrendamento de bens imóveis e ativos imateriais da Companhia;
- (xii) a redução ou o aumento do capital social.

Parágrafo Único. As matérias supraindicadas deverão observar o quórum de aprovação de maioria qualificada do capital votante, formada por acionista(s) titular(es) de mais da metade das ações que compõem o capital social com direito a voto.

CAPÍTULO IV **Administração**

Artigo 10. A Companhia será administrada por 01 (um) Diretor, que será denominado Diretor Presidente, sendo acionista ou não, sem designação específica, residente no País, com mandato de 03 (três anos), reelegível e destituível a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro: O Diretor será investido em seu respectivo cargo a partir da assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, permanecendo no exercício de seus cargos até a posse dos novos eleitos.

Parágrafo Segundo. As atas das reuniões, deliberações da Diretoria e posses de Diretores serão registradas em livro próprio.

Artigo 11. A Diretoria tem os poderes e atribuições necessários para assegurar o funcionamento regular da Companhia, podendo deliberar a prática de todos e quaisquer atos de gestão e administração, inclusive:

- (i) zelar para que a Companhia cumpra integral e pontualmente com suas obrigações; e

(ii) representar ativa e passivamente a Companhia, inclusive junto a autoridades e órgãos públicos, entidades de classe e de representação;

Artigo 12. Todos os atos que criarem, modificarem ou extinguirem obrigações para a Companhia ou que exonerarem obrigações de terceiros para com ela, desde que não previstos diversamente no Estatuto Social, serão válidos quando assinados pelo Diretor de forma individual.

CAPÍTULO V **Conselho Fiscal**

Artigo 13. A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente que, quando instalado nos termos da Lei n. 6.404/76, deverá ser composto de 3 (três) membros efetivos e de igual número de suplentes, com as atribuições previstas em lei.

Parágrafo Primeiro. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger.

CAPÍTULO VI **Exercício Social, Balanço e Resultados**

Artigo 14. O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 15. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas, com base na escrituração contábil da Companhia, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras.

Parágrafo Primeiro. A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, observados os preceitos legais, em períodos menores, e recomendar aos acionistas a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados.

Parágrafo Segundo. Os Acionistas poderão, em Assembleia Geral, decidir a respeito do pagamento de juros sobre o capital próprio, fixando o seu valor e a data de pagamento de cada parcela, os quais serão deduzidos dos dividendos mínimos obrigatórios, observados os limites da legislação aplicável em vigor.

Artigo 16. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

Parágrafo Primeiro. O lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o *caput* deste Artigo, destinar-se-á:

(i) 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado;

(ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, obedecida a proporcionalidade de participação de cada Acionista no capital social da Companhia;

(iii) O saldo remanescente terá o destino que a Assembleia Geral deliberar.

Artigo 17. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais e/ou em períodos inferiores, podendo com base neles declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários e intercalares.

CAPÍTULO VII **Liquidação**

Artigo 18. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, e se extinguirá pelo encerramento da liquidação.

Parágrafo Primeiro. Os Acionistas nomearão o liquidante e fixarão seus honorários e as normas e diretrizes a serem seguidas.

Parágrafo Segundo. O liquidante poderá ser destituído a qualquer tempo.

CAPÍTULO VIII **Disposições Finais**

Artigo 19. Os Acionistas se comprometem a agir perante a Companhia com lealdade e boa-fé, comprometendo-se a não divulgar informações sigilosas da Companhia com o intuito de prejudicá-la ou de favorecer terceiros e a não onerar as suas ações a qualquer título.

Artigo 20. A Companhia e os Acionistas observarão os Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 21. Aplicar-se-ão as disposições da Lei n. 6.404/76 aos casos omissões neste Estatuto.